



RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia

ISSN: 2179-4936

race@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Brasil

Moterle, Silvete; Wernke, Rodney; Junges, Ivone
CONHECIMENTO SOBRE GESTÃO FINANCEIRA DOS DIRIGENTES
DE PEQUENAS EMPRESAS DO SUL DE SANTA CATARINA

RACE-Revista de Administração, Contabilidade e
Economia, vol. 18, núm. 1, 2019, Janeiro-Abril, pp. 33-56

Editora Unoesc
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.18593/race.16321>

- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



CONHECIMENTO SOBRE GESTÃO FINANCEIRA DOS DIRIGENTES DE PEQUENAS EMPRESAS DO SUL DE SANTA CATARINA

Knowledge of the managers of 299 small companies in the South of Santa Catarina on concepts of financial management

.....
Silvete Moterle

E-mail: silvete@unochapeco.edu.br

MBA em Controladoria e Gestão Tributária pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Mestranda em Ciências Contábeis e Administração na Universidade Comunitária da Região de Chapecó; Técnico-administrativa em Educação no Instituto Federal Catarinense; Contadora.
<http://orcid.org/0000-0001-9756-7318>

.....
Rodney Wernke

E-mail: rodneywernek1@hotmail.com

Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor titular na Universidade do Sul de Santa Catarina; Contador.
Endereço para contato: Avenida José Acácio Moreira, 787, Dehon, 88704900, Tubarão, Santa Catarina, Brasil.
<http://orcid.org/0000-0001-5163-5004>

.....
Ivone Junges

E-mail: ivone.junges@unochapeco.edu.br

Doutora e Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora no Curso de Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina; Economista.
<http://orcid.org/0000-0003-1676-5174>

Artigo recebido em 4 de dezembro de 2017. Aceito em 20 de junho de 2018.

Resumo

Algumas pesquisas relatam que os gestores das pequenas empresas têm dificuldades para utilizar instrumentos gerenciais da área financeira, o que pode ser influenciado pelo nível de conhecimento dos conceitos relacionados. Nesse sentido, o estudo teve o objetivo de identificar o nível de conhecimento sobre determinados conceitos financeiros por parte dos gestores de micro e pequenas empresas de uma microrregião do Sul de Santa Catarina. A pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem quantitativa e utilização do procedimento *survey* para a coleta dos dados de 299 pequenas firmas. Após breve revisão da literatura e evidencição de estudos anteriores, foram apresentados os dados levantados acerca do nível de conhecimento sobre os conceitos abrangidos. Os resultados destacam que ao menos 55% dos gestores possuem conhecimento sobre os conceitos pesquisados, mas esse contingente não ultrapassou os 75% em qualquer dos itens investigados. Dessumiu-se que o menor nível de conhecimento dos gestores se refere ao conceito de liquidez corrente. Por outro lado, os conceitos mais conhecidos pelos gestores estão vinculados à contabilidade financeira (Ativo Circulante, Passivo Circulante e Demonstração do Resultado). Outra constatação é de que os gestores das empresas industriais possuem nível de conhecimento mais elevado a respeito dos itens pesquisados quando comparados aos dirigentes das firmas comerciais e de serviços.

Palavras-chave: Finanças. Conhecimento dos gestores. Pequenas empresas.

Abstract

Some studies report that the managers of small companies have difficulties to use management tools of the financial area, which can be influenced by the level of knowledge of the related concepts. In this sense, the objective of this study was to identify the level of knowledge about certain financial concepts by micro and small business managers of a micro-region in the South of Santa Catarina. The research is characterized as descriptive, with quantitative approach and use of the survey procedure to collect the data of 299 small firms. After a brief review of the literature and evidence from previous studies, data were collected about the level of knowledge about the concepts covered. The results show that at least 55% of managers have knowledge about the researched concepts, but this contingent did not exceed 75% in any of the investigated items. It was pointed out that the lower level of managerial knowledge refers to the concept of current liquidity. On the other hand, the concepts most known to managers are linked to financial accounting (Current Assets, Current Liabilities and Statement of Income). Another finding is that managers of industrial companies have a higher level of knowledge regarding the items surveyed when compared to the leaders of commercial and service firms.

Keywords: Finance. Knowledge of managers. Small business.

1 INTRODUÇÃO

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representam uma considerável fatia da economia brasileira. Contudo, o sucesso desses negócios são um grande desafio aos empreendedores, visto que, na grande maioria, estes não possuem conhecimentos técnicos sobre gestão financeira, pois priorizam a atividade principal do empreendimento.

Nesse sentido, Santos, Dorow, e Beuren (2016) mencionam que as MPEs se tornaram ícones na economia do Brasil, sendo responsáveis por parte expressiva dos empregos formais, bem como auxiliam na distribuição de renda, arrecadação de tributos e desenvolvimento de certas regiões. Ainda, aduzem que a falta de aprimoramento dos gestores e a dificuldade com o conhecimento de instrumentos gerenciais têm contribuído para inibir o crescimento dessas empresas, pois muitas decisões são tomadas de forma intuitiva, não levando em consideração os demonstrativos contábeis e as informações gerenciais oriundas para amparar as decisões e dar robustez ao planejamento.

Esse posicionamento é corroborado por Albuquerque (2004) quando ressalta a existência de um grave problema no processo de gerenciamento das micro e pequenas empresas, sendo que considerável parte das decisões é tomada intuitivamente pelos seus gestores e sem considerar informações financeiras e mercadológicas. Na mesma direção, Stroher e Freitas (2006) defendem que a falta de conhecimentos contábeis dos empresários das pequenas empresas faz com que estes não consigam avaliar a importância de tais informações, ou seja, a relevância dos demonstrativos e controles contábeis e o aporte de informações gerenciais não são analisados no processo de gestão dessas entidades.

Marion (2015) também considera a falta do uso de artefatos de contabilidade na gestão das empresas como um forte motivo do insucesso destas, sendo que o referido autor ressalta que entre as três principais razões de falências ou insucessos de empresas está a falta de planejamento financeiro ou a ausência total do fluxo de caixa. Opinião assemelhada é apresentada por Marques, Sell, Lavarda, e Zonatto (2016) quando alegam que as empresas necessitam repensar suas práticas gerenciais para não submergirem as demandas do acirramento da concorrência e qualificarem o seu sistema de controle gerencial com o uso de ferramentas e conceitos financeiros.

Entretanto, algumas pesquisas (Santos, Ferreira, & Faria, 2009; Monteiro & Barbosa, 2011; Albuquerque, Cardoso, Carmo, Cavalcante, & Souza, 2013; Santos et al., 2016; Klein & Almeida, 2017) relataram que as pequenas empresas têm dificuldades para utilizar instrumentos contábeis (como demonstrativo de resultado, balanço patrimonial, indicadores de desempenho acerca de solvência, etc.), financeiros (como projeção do fluxo de caixa operacional, cálculo da necessidade de investimento em capital de giro, etc.) e de custos (como ponto de equilíbrio, margem de contribuição, taxa de marcação, etc.).

Essa realidade de pouco conhecimento sobre esses temas financeiros provavelmente pode estar presente no contexto das micro e pequenas empresas sediadas na microrregião da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel), Sul de Santa Catarina. Em razão disso, este estudo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: qual o nível de conhecimento dos gestores de micro e pequenas empresas da microrregião da Amurel sobre determinados conceitos financeiros? Para tanto, foi estabelecido como objetivo de

estudo identificar o nível de conhecimento sobre conceitos financeiros dos gestores de micro e pequenas empresas da microrregião mencionada.

O foco do presente estudo se justifica pela importância econômica das MPEs no cenário nacional. Nesse sentido, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2014) evidenciou que as MPEs, somadas aos Microempreendedores Individuais (MEIs) representam 98,1% do total de empresas existentes no Brasil, onde empregam mais de 13 milhões de trabalhadores formais e são responsáveis por 27% do PIB brasileiro.

Além disso, conforme Oliveira, Escrivão, Nagano, e Ferraudó (2015), os estudos que envolvem os gestores de micro e pequenas empresas no Brasil ainda são escassos e insuficientes frente à relevância dessas organizações no mercado nacional, o que é uma lacuna de pesquisa a ser mais bem explorada. Destaca-se também que não há, até o presente momento, estudo com o mesmo enfoque na delimitação territorial ora priorizada (Sul de Santa Catarina).

2 REVISÃO DA LITERATURA

Estudos no campo da contabilidade gerencial apoiados pelas teorias organizacionais podem auxiliar na compreensão de fenômenos intraorganizacionais (Reis & Pereira, 2007). Nesse sentido, no rol das teorias que têm sido amplamente utilizadas em investigações acerca do uso de conceitos contábeis está a Teoria da Contingência (Klein & Almeida, 2017).

A referida teoria considera o ambiente como uma variável independente, em que as organizações que nele estão inclusas precisam se adequar em termos de estrutura, procedimentos administrativos e modelos de negócio, pois o ambiente é que determina as características organizacionais (Abreu, 2006). Desse modo, a Teoria da Contingência baseia-se no pressuposto de que não existe uma estrutura única e melhor que atenda a todas as organizações, visto que cada estrutura organizacional é desenhada com base em diversos fatores do contexto de cada entidade (Otley, 1980).

É o caso das pequenas empresas (como as abrangidas nesta pesquisa), nas quais as dificuldades para conseguirem se consolidar em mercados concorridos podem ser atribuídas a fatores contingenciais como número e grau de capacitação dos funcionários, nível de escolaridade e área de formação do gestor, estratégia adotada, poder de negociação com fornecedores e clientes, maior ou menor concorrência no segmento de atuação, etc. (Otley, 1980; Callado, 2016; Klein & Almeida, 2017).

Nesse rumo, pesquisas anteriores discutiram acerca do vínculo entre a contabilidade gerencial e os fatores contingenciais, como os estudos de Chenhall (2003), Tillema (2005), Gerdin (2005), Chenhall (2006), Cadez e Guilding (2008), Shi, Zhang, e Ru (2013),

Teeratansirikool, Siengthai, Badir, e Charoenngam (2013), Beuren, Czesnat, e Silva (2013), Jordão e Souza (2013), Santos (2014), Leite, Diehl, e Manvailier (2015), Castro (2015), Callado (2016), Šiška (2016) e Maletič et al. (2017).

Entretanto, nesta pesquisa foi priorizado o nível de conhecimento dos gestores com relação a determinados conceitos contábeis e financeiros que podem contribuir para o aprimoramento da gestão das pequenas empresas, conforme evidenciado nas próximas seções.

2.1 CONCEITOS DA GESTÃO FINANCEIRA

No âmbito da gestão financeira esta pesquisa priorizou os conceitos de projeção de fluxo de caixa operacional, ciclo operacional, ciclo de caixa e necessidade de investimento em capital de giro.

Quanto ao conceito de projeção de fluxo de caixa, de acordo com Santos e Veiga (2014), consiste em um demonstrativo de todas as entradas e saídas previstas para um determinado período, que possibilita avaliar a situação financeira da empresa e identificar se haverá saldo positivo ou negativo de recursos.

Ainda, para manterem a continuidade e a normalidade de suas operações, as empresas precisam liquidar corretamente seus compromissos e possuir conhecimento do respectivo saldo de caixa, visto que esse demonstrativo proporciona informações que auxiliam os usuários na avaliação dos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade de alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa a fim de adaptá-los às mudanças necessárias (Wernke, Junges, Lembeck, & Rufatto, 2016).

No que se refere ao conceito de ciclo operacional, este abrange todo o período de movimentação da mercadoria ou da matéria-prima dentro da empresa até que o valor da venda seja recebido. Assim, envolve a compra da mercadoria, o período de estocagem e o ciclo de caixa, o que pode influenciar significativamente o resultado financeiro obtido pela empresa (Braga, Nossa, & Marques, 2004). Quanto à relevância do ciclo operacional, Santos et al. (2009) asseveram que é um dos fatores determinantes para garantir a liquidez da empresa e sua necessidade de capital de giro.

No caso do ciclo de caixa (também denominado ciclo financeiro ou ciclo de conversão de caixa), este representa o período de tempo desde o desembolso para pagamento dos fornecedores até o recebimento do cliente (Souza, 1997; Lemes, Rigo, & Cherobim, 2005). Sousa (2016) define ciclo de conversão de caixa como o período que a empresa leva para transformar sua produção em caixa, devendo ser calculado somando-se os dias de estoque da mercadoria e recebimento das vendas e subtraindo-se o total de dias do prazo para pagamento dos fornecedores. Quanto ao benefício de mensurar esse indicador, Maqbool e

Farooq (2016) evidenciaram que o fluxo de conversão de caixa está diretamente associado à rentabilidade empresarial, pois quanto menor for o fluxo de conversão de caixa, maior tende a ser a rentabilidade do negócio.

No que tange à necessidade de investimento em capital de giro, Ferreira, Macedo, Sant'Anna, Longo, e Barone (2011) definem tal conceito como uma parcela de capital da empresa aplicada em seu ciclo operacional. Sobre a importância da adequada gestão do capital de giro, um levantamento realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2007) concluiu que a principal causa de mortalidade das MPEs no Brasil é a má gestão desse tipo de capital.

Todavia, a pesquisa de Domingues, Tinoco, Yoshitake, Paulo, e Claro (2017) envolvendo 2.000 MPEs e 800 MEIs do Estado de São Paulo concluiu que ao iniciarem as atividades, cerca de 39% dos empreendedores não sabiam qual era a necessidade de capital de giro para abrir o negócio. Sobre o tema é interessante ressaltar, ainda, que o capital de giro é essencial para a saúde financeira de qualquer empresa, sobretudo no caso das MPEs, pois quando for mal administrado pode levar a sérios problemas financeiros.

2.2 CONCEITOS DE CONTABILIDADE

Existem diversos fatores determinantes para o sucesso de pequenas empresas, sendo que um desses aspectos é a manutenção adequada de registros e controles contábeis (Resnik, 1990). Contudo, as informações provenientes da contabilidade somente serão úteis se os gestores dessas empresas as utilizarem de maneira oportuna, a fim de dar suporte à tomada de decisões (Kos, Espejo, Raifur, & Anjos, 2014).

No que tange aos conceitos contábeis esta pesquisa priorizou os de ativo circulante (AC), passivo circulante (PC), patrimônio líquido (PL), demonstração do resultado do exercício (DRE) e liquidez corrente (LC), investigando se estes são de conhecimento dos gestores de MPEs.

Quanto ao ativo circulante (AC), para Moura e Rêgo (2014) este se refere aos ativos de maior disponibilidade, classificados em ordem de liquidez, ou seja, que podem ser consumidos ou transformados em recursos financeiros no decorrer de um exercício financeiro. No que se refere ao conceito de passivo circulante (PC), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00 R1, 2017) assevera que abrange as obrigações já registradas pela empresa e que deverão ser liquidadas dentro de um exercício financeiro.

No que concerne ao conceito de liquidez corrente (LC), Martins e Santos (2016) evidenciam que esse indicador analisa a capacidade de pagamento de curto prazo e é calculado pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Assaf e Lima (2009)

esclarecem que esse índice serve para retratar a saúde financeira, pois se o seu valor for baixo a empresa poderá enfrentar problemas para cumprir suas obrigações de curto prazo.

Referindo-se ao conceito de patrimônio líquido (PL), o CPC 00 R1 (2017) o define como o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, ou seja, o valor do patrimônio líquido é encontrado por meio da subtração dos passivos circulantes e não circulantes do total do ativo da empresa.

Acerca do conceito de demonstração do resultado do exercício (DRE), D'Amato, Galvão, Villaça, Jorge, e Tavares (2012) esclarecem que a DRE é a ferramenta que comprova o resultado financeiro das empresas em determinado período, revelando se houve lucro ou prejuízo nas suas operações. Almeida e Martins (2014, p. 63) evidenciam que essa demonstração "apresenta o desempenho da entidade na perspectiva do regime de competência, contribuindo para o monitoramento das operações e fornecendo informações para a tomada de decisões."

2.3 ESTUDOS ANTERIORES ASSEMELHADOS

Inicialmente cabe salientar que não foram encontrados estudos com o mesmo objetivo proposto neste trabalho em buscas efetuadas nas bases de dados Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes e *Spell*. Para tanto, nas referidas pesquisas foram adotados os termos de busca equivalentes a "conhecimento de conceitos financeiros" e "conhecimento+gestores financeiros", em que não foram identificados artigos que atendessem aos critérios de busca citados.

Entretanto, foi possível acessar diversos estudos que analisaram instrumentos de controles financeiros e contábeis, bem como a importância atribuída a eles por gestores de micro e pequenas empresas. Então, por assemelharem-se ao proposto nesta pesquisa, os referidos estudos são comentados na sequência.

Tabela 1
Pesquisas assemelhadas

Autores	Principais aspectos
Raupp, Martins, e Beuren (2006)	Estudaram os instrumentos de controle de gestão utilizados nas 250 maiores empresas industriais de Santa Catarina e concluíram ser grande a utilização de controles gerenciais financeiros como a contabilidade de custos, o fluxo de caixa e os orçamentos.
Lima e Imoniana (2008)	Averiguaram quais os instrumentos de controles gerenciais eram utilizados por 55 MPEs de São Caetano do Sul, SP e se estes influenciavam a tomada de decisões dos gestores. Concluíram que uma parcela significativa das empresas pesquisadas utilizava controles de gestão para a tomada de decisões, mas poucas empregavam ferramentas de monitoramento.

Autores	Principais aspectos
Santos, Ferreira, e Faria (2009)	Com o objetivo de investigar os fatores limitantes da gestão de capital de giro nas micro e pequenas empresas da cidade de Viçosa, MG, indagaram 172 proprietários de MPEs. Os resultados apontaram diversas limitações na gestão financeira, visto que parcela expressiva das firmas pesquisadas não adotava as práticas de gestão financeira e não era adepta à adoção de ferramentas de controle.
Monteiro e Barbosa (2011)	Averiguaram a utilização de instrumentos da controladoria por MPEs para auxiliar na gestão empresarial. Os resultados apurados enfatizam que: as ferramentas de controladoria não eram utilizadas de forma plena; os micro e pequenos empresários possuíam visão da necessidade de integração entre gestão e fornecimento de informações para decisões mais coerentes; e reconhecem a necessidade de ampliação dos conhecimentos sobre estratégia, controle, finanças e contabilidade gerencial.
Carvalho e Lima (2011)	Analisaram as práticas gerenciais utilizadas por 45 empresas da Cidade de Sousa, PB e buscaram identificar <i>clusters</i> de acordo com as opiniões dos gestores entrevistados, a fim de conhecer as estratégias relativas às práticas de gerenciamento daquelas empresas. Apuraram que as empresas estudadas utilizam práticas gerenciais com ordenação intuitiva e com base nas experiências de cada gestor. No entanto, identificaram que isso ocorre de forma desordenada e informal, sem definição de planos estruturados e consistentes.
Albuquerque et al. (2013)	Avaliaram a utilização (em termos de padrão e intensidade) de indicadores e relatórios contábeis nas MPEs do estado do Amazonas, revelando que aquelas MPEs não usavam com frequência indicadores, relatórios e informações contábeis para tomada de decisão.
Campos e Gáudio (2015)	Objetivaram identificar se as MPEs da região metropolitana do Rio de Janeiro utilizavam ferramentas de controle gerencial no processo de gestão. Envolvendo 20 MPEs, concluíram que as firmas com mais tempo de mercado utilizavam mais os controles gerenciais para dar suporte às decisões. Ainda, entre as ferramentas utilizadas, destacaram-se os controles de caixa, contas a pagar, contas a receber e de custos.
Borges e Leal (2015)	Investigaram a importância atribuída pelos gestores de MPEs às informações contábeis gerenciais, bem como a periodicidade da utilização destas em 75 MPEs de Uberlândia, MG. Dessumiram que os gestores avaliam as informações contábeis gerenciais como “muito importante”, mas em muitas ocasiões não as utilizam por falta de conhecimento a respeito.
Santos, Dorow, e Beuren (2016)	Investigaram os instrumentos e procedimentos gerenciais utilizados por micro, pequenas e médias empresas, bem como a importância atribuída pelos gestores a essas informações no processo de tomada de decisões. A amostra foi composta por 41 empresas sediadas na região do Alto Vale do Itajaí, SC. Os resultados demonstraram que as decisões normalmente são tomadas com base na experiência do proprietário, sendo que, muitas vezes, este desconhece a utilidade das informações contábeis. Ainda, em muitos casos, a contabilidade da empresa não reflete a sua real situação, visto haver determinado nível de informalidade nas operações cotidianas.
Almeida, Pereira, e Lima (2016)	Realizaram estudo com o propósito de identificar os instrumentos de controle de gestão utilizados por micro e pequenas empresas de Santa Catarina. A pesquisa abrangeu 76 MPEs e apurou que um número significativo destas utiliza controles de gestão por meio de instrumentos financeiros e não financeiros, destacando-se como controles financeiros o controle de contas a pagar e a receber, o controle de custos e o fluxo de caixa.
Wernke e Junges (2016)	Buscaram identificar o grau de utilização de dois demonstrativos contábeis, Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em 207 empresas sediadas em Santa Catarina. A pesquisa realizada demonstrou que a DRE não era utilizada em 28,02% das empresas da amostra e 31,88% não utilizavam o Balanço Patrimonial. Ainda, identificaram uma aparente contradição entre a utilização dos demonstrativos e a importância atribuída a estes, visto que 80,68% dos gestores pesquisados consideraram a DRE importante para melhorar o desempenho da empresa e 62,80% consideraram o BP importante para aperfeiçoar a performance empresarial.
Panosso, Camanho, Espejo, e Abbas (2017)	Procuraram conhecer a influência do conhecimento, a utilização e o grau de importância atribuídos às ferramentas de controle gerencial no desempenho empresarial em 149 organizações industriais com atuação no Estado do Paraná. O estudo revelou que a maioria dos gestores conhece as ferramentas de controle gerencial, mas há um baixo percentual de utilização, e que entre as ferramentas investigadas aquela mais utilizada foi o orçamento.

Autores	Principais aspectos
Klein e Almeida (2017)	Pesquisaram 23 indústrias paranaenses com o propósito de investigar se a adoção de práticas de contabilidade gerencial é influenciada por fatores contingenciais. O resultado da investigação apontou uma maior utilização de práticas de contabilidade gerenciais tradicionais em detrimento das técnicas mais sofisticadas ou de estágios mais evoluídos. Contudo, as práticas gerenciais mais modernas foram avaliadas pelos entrevistados como muito importantes. Também destacaram a lacuna existente entre a teoria da contabilidade gerencial e sua aplicação no cotidiano das empresas que pesquisaram.

A próxima seção evidencia os aspectos metodológicos mais relevantes do estudo ora relatado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, quantitativa e *survey*. De acordo com Gil (2009), a pesquisa descritiva busca apresentar as características de determinada população ou fenômeno. Com relação ao problema de pesquisa, classifica-se como abordagem quantitativa, com aplicação de técnica estatística para análise e interpretação dos dados coletados, conforme preconizado por Richardson (1999). Quanto ao procedimento de coleta de dados, foi utilizado o levantamento (*survey*), que, para Freitas, Oliveira, Saccol, e Moscarola (2000) é um método utilizado para pesquisas de maior abrangência e consiste em obter dados ou informações sobre ações, características ou opiniões de determinado grupo de pessoas.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários específicos aplicados no período de junho a outubro de 2017 e envolveu 299 empresas, sendo 232 não fabris e 67 industriais, sediadas na microrregião da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel) (Sul de Santa Catarina). Os questionários foram aplicados aos gestores em suas empresas por um grupo de alunos do Curso de Administração de uma universidade comunitária da região abrangida, devidamente treinados para tal finalidade.

Quanto às características do questionário, após a elaboração inicial, este foi enviado para um grupo de cinco avaliadores (dois professores de curso de graduação em Administração e três empresários) que não participou da pesquisa final. Tal procedimento resultou na recomendação de pequenos ajustes de redação e nenhuma alteração no conteúdo das questões.

Com relação ao formato, o questionário foi dividido em três partes, sendo que a primeira visava conhecer algumas características das empresas participantes e dos respondentes. A segunda parte investigou sobre a frequência de uso e a importância atribuída aos indicadores não financeiros pelos administradores dessas empresas, enquanto que a

terceira parte buscou identificar o conhecimento dos gestores das MPEs sobre determinados conceitos financeiros.

Convém destacar, ainda, que o referido instrumento de pesquisa continha questões abertas, questões de múltiplas escolhas e algumas perguntas que envolviam escala do tipo Likert, com escala de importância que ia de "0" a "3", em que se considerava o nível "3" como conhece profundamente e o nível "0" como desconhece a respeito do assunto. A opção por utilizar uma escala do tipo Likert de quatro pontos coaduna-se com a posição de Richardson (1999), que aduz que isso proporciona informação de melhor qualidade do que uma simples dicotomia entre as opiniões de acordo ou desacordo.

Ainda, quanto às etapas de processamento e análise dos dados coligidos, estes foram tabulados em planilha Excel, na qual foi empregada estatística descritiva (frequência e número de respostas) para sintetizar os resultados e facilitar a interpretação dos "achados" do estudo.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção é feita a caracterização das 299 empresas que participaram da pesquisa, bem como a apresentação dos dados coligidos e a análise descritiva destes.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As 299 empresas que participaram da pesquisa possuem as seguintes características:

- a) Setores econômicos: 46,38% das respondentes são empresas comerciais, 29,59% são prestadoras de serviços e 22,22% são indústrias;
- b) Perfil dos respondentes: os questionários foram respondidos por proprietários (65,22%), funcionários da administração (18,36%) e gerentes (15,46%);
- c) Tempo de existência: 45,89% das companhias participantes atuam há mais de 10 anos no mercado, 23,67% já funcionam entre 5 e 10 anos e 13,53% têm acima de 10 anos de atuação;
- d) Número de funcionários: 62,32% das empresas possuem até 10 funcionários, 21,74% mantêm entre 11 e 50 empregados e 15,94% empregavam entre 51 e 100 colaboradores;

- e) Forma de tributação: 60,87% das participantes são optantes pelo “Simples”, 8,21% são registradas como MEI e as demais companhias são optantes pelo regime do Lucro Real (20,77%) ou pelo Lucro Presumido (9,66%).

4.2 CONHECIMENTO DOS GESTORES SOBRE CONCEITOS DE GESTÃO FINANCEIRA

Nesta parte da pesquisa as questões indagavam sobre o conhecimento acerca dos conceitos de projeção do fluxo de caixa operacional, ciclo operacional, ciclo de caixa e necessidade de investimento em capital de giro. Nesse sentido, na Tabela 2 estão os resultados relacionados à projeção do fluxo de caixa operacional.

Tabela 2
Projeção do Fluxo de Caixa Operacional

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	36	12	33	14,2	3	4,5
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	76	25,4	59	25,4	17	25,4
2 - Conhece suficiente para usar	141	47,2	104	44,8	37	55,2
3 - Conhece profundamente	46	15,4	36	15,5	10	14,9
Total	299	100	232	100	67	100

Em relação ao conceito de projeção do fluxo de caixa operacional constatou-se que 47,2% (141) dos gestores afirmaram possuir conhecimento suficiente para usar essa ferramenta e 15,4% (46) do total da amostra revelaram que o conhecem profundamente. Com isso, pode-se considerar que tal conceito está bem difundido nas micro e pequenas empresas pesquisadas, visto que 187 gestores (equivalente a 62,6% das entidades abrangidas) aduziram que têm domínio suficiente a respeito.

Apurou-se também que tal conhecimento é maior no contingente de empresas industriais, em comparação às não fabris. Porém, 25,4% (76) dos respondentes informaram que possuem pouco conhecimento sobre o conceito em tela, não sendo suficiente para utilização no dia a dia das empresas, e 12% (36) demonstraram desconhecimento total sobre fluxo de caixa operacional.

Na sequência foi investigado o nível de conhecimento dos gestores acerca do conceito de ciclo operacional, cujos resultados estão expostos na Tabela 3:

Tabela 3
Ciclo Operacional

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	63	21,1	53	22,8	10	14,9
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	71	23,7	53	22,8	18	26,9
2 - Conhece suficiente para usar	125	41,8	95	40,9	30	44,8
3 - Conhece profundamente	40	13,4	31	13,4	9	13,4
Total	299	100	232	100	67	100

Como visto, a pesquisa demonstrou que 55,2% (165) dos respondentes possuem conhecimento suficiente para usar ou têm conhecimento aprofundado a respeito do tema. Por outro lado, 23,7% (71) possuem pouco conhecimento e 21,1% (63) afirmaram que desconhecem totalmente o conceito de ciclo operacional. Ao comparar os dois segmentos empresariais priorizados, constatou-se que há pouca divergência nos níveis de conhecimento/desconhecimento entre eles, com pequena vantagem para as empresas fabris.

Na sequência foi inquirido sobre o nível de compreensão do conceito de ciclo de caixa (ou ciclo financeiro), cujos dados relacionados estão apresentados na Tabela 4:

Tabela 4
Ciclo de Caixa

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	47	15,7	43	18,5	4	6
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	58	19,4	45	19,4	13	19,4
2 - Conhece suficiente para usar	152	50,8	110	47,4	42	62,7
3 - Conhece profundamente	42	14	34	14,7	8	11,9
Total	299	100	232	100	67	100

A partir das respostas obtidas, percebe-se que o conhecimento dos gestores com relação ao ciclo de caixa (ou ciclo financeiro) está bem disseminado porque 64,8% informaram que o conhecem suficiente para usar ou o conhecem em profundidade. Apurou-se, ainda, que nas empresas industriais esse conhecimento é maior, pois 62,7% dos gestores possuem conhecimento suficiente para utilizá-lo e 11,9% o conhecem profundamente. Por outro lado, 19,4% dos gestores dos dois grupos de empresas possuem pouco conhecimento a respeito e 15,7% o desconhecem totalmente. Nesse caso, nas não fabris esse desconhecimento total é maior: 18,5% contra 6% das empresas industriais.

Os conceitos citados anteriormente estão vinculados, direta ou indiretamente, com a Necessidade de Investimento em Capital de Giro (NICG), cujo conhecimento por parte dos gestores das firmas pesquisadas também foi mensurado. Desse modo, na Tabela 5 consta a compilação das respostas coligidas:

Tabela 5

Necessidade de Investimento em Capital de Giro (NICG)

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	57	19,1	50	21,6	7	10,4
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	72	24,1	58	25	14	20,9
2 - Conhece suficiente para usar	131	43,8	94	40,5	37	55,2
3 - Conhece profundamente	39	13	30	12,9	9	13,4
Total	299	100	232	100	67	100

Cerca de 43% das empresas pesquisadas revelaram que conhecem pouco ou insuficiente para usar o conceito de NICG (24,1%) ou o desconhecem totalmente (19,1%). Esses resultados se assemelham aos apurados por Domingues et al. (2017), que concluíram que, ao iniciarem as atividades, cerca de 39% dos micros e pequenos empreendedores não possuíam entendimento sobre o valor da necessidade de capital de giro para dar suporte às atividades da empresa.

Adicionalmente, nesta pesquisa foi constatado que entre os gestores das micro e pequenas indústrias abordadas, 10,4% (7) não possuíam conhecimento algum sobre o conceito de necessidade de capital de giro e 20,9% (14) possuíam domínio insuficiente para utilizá-lo. Ainda, 55,2% das empresas fabris conheciam o conceito de NICG de forma suficiente para usar e 13,4% declararam conhecê-lo plenamente. Quanto à análise dos dados referente às empresas não fabris, apurou-se que 53,4% dos gestores (94 + 30) afirmaram conhecer o conceito de NICG, enquanto 25% afirmaram conhecer minimamente e 21,6% declararam que o desconhecem.

4.3 CONHECIMENTO DOS GESTORES SOBRE CONCEITOS DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

No intuito de identificar o conhecimento dos gestores das micro e pequenas empresas sobre determinados conceitos da contabilidade financeira, perguntou-se a respeito do nível de compreensão acerca do ativo circulante, do passivo circulante, do patrimônio líquido, da demonstração do resultado do exercício e da liquidez corrente.

As respostas coligidas quanto ao nível de conhecimento acerca do Ativo Circulante (AC) estão sintetizadas na Tabela 6:

Tabela 6
Ativo Circulante (AC)

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	55	18,4	48	20,7	7	10,4
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	64	21,4	49	21,1	15	22,4
2 - Conhece suficiente para usar	132	44,1	96	41,4	36	53,7
3 - Conhece profundamente	48	16,1	39	16,8	9	13,4
Total	299	100	232	100	67	100

Portanto, deduz-se que 60,2% dos respondentes possuem conhecimento a respeito (44,1% conhecem o suficiente e 16,1% conhecem com profundidade). No entanto, 18,4% desconhecem o conceito de Ativo Circulante e 21,4% o conhecem minimamente.

Ao subdividir os gestores por ramo de atuação percebeu-se que nas indústrias há um maior nível de conhecimento em relação às empresas comerciais e de prestação de serviços. Dos gestores do setor fabril indagados, 13,4% possuem conhecimento aprofundado sobre Ativo Circulante e 53,7% afirmaram que conhecem o suficiente. Porém, 22,4% pouco conhecem e 10,4% demonstraram não possuir qualquer conhecimento sobre o assunto.

Pelo prisma das empresas não fabris, 16,8% dos gestores afirmaram que conhecem fortemente o conceito de ativo circulante e 41,4% conhecem o suficiente para utilizar. Adicionalmente, 21,1% conhecem um pouco a respeito (mas de forma insuficiente para utilização) e 20,7% desconhecem totalmente o conceito pesquisado.

Na Tabela 7 estão evidenciados os dados referentes ao nível de conhecimento dos gestores sobre o conceito de Passivo Circulante (PC):

Tabela 7
Passivo Circulante

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	55	18,4	48	20,7	7	10,4
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	62	20,7	48	20,7	14	20,9
2 - Conhece suficiente para usar	132	44,1	98	42,2	34	50,7
3 - Conhece profundamente	50	16,7	38	16,4	12	17,9
Total	299	100	232	100	67	100

Infere-se, então, que quase o mesmo contingente dos gestores que declararam possuir conhecimento sobre o conceito de ativo circulante também conhecem sobre passivo circulante. Isso provavelmente ocorre em razão da similaridade das informações, bem como por serem evidenciados no mesmo demonstrativo contábil.

Das frequências apresentadas, concluiu-se que 17,9% dos gestores das indústrias conhecem profundamente o conceito questionado e 50,7% conhecem-no parcialmente, mas o suficiente para que possam utilizá-lo. Entretanto, 20,9% pouco conhecem e 10,4% não conhecem o conceito de Passivo Circulante. Quanto aos gestores de MPEs não fabris, 16,4% possuem conhecimento aprofundado, 42,2% conhecem-no o suficiente para usar, 20,7% compreendem-no intimamente e 20,7% desconhecem o significado de Passivo Circulante.

No prosseguimento do estudo foi perguntado sobre o grau de conhecimento dos gestores sobre o conceito de Patrimônio Líquido (PL), conforme expresso na Tabela 8:

Tabela 8
Patrimônio Líquido (PL)

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	37	12,4	35	15,1	2	3
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	53	17,7	38	16,4	15	22,4
2 - Conhece suficiente para usar	142	47,5	105	45,3	37	55,2
3 - Conhece profundamente	67	22,4	54	23,3	13	19,4
Total	299	100	232	100	67	100

Percebeu-se que 69,9% dos respondentes afirmaram conhecer de forma que lhes possibilite a utilização do conceito de Patrimônio Líquido (47,5% conhecem parcialmente e 22,4% de modo aprofundado) e 30,1% admitiram pouco conhecer (17,7%) ou desconhecer totalmente (12,4%).

Por outro ângulo, extraíram-se também as informações de que 19,4% dos gestores industriais conhecem plenamente o conceito de PL, 55,2% conhecem-no parcialmente, 22,4% conhecem-no intimamente e apenas 3% desconhecem totalmente o conceito mencionado. Quanto aos gestores das empresas do ramo comercial e de serviços, 23,3% possuem conhecimento aprofundado sobre o conceito de PL, 45,3% conhecem o suficiente para utilizar, 16,4% não conhecem o suficiente e 15,1% o desconhecem.

Na Tabela 9 estão reportados os dados compilados quanto ao nível de conhecimento dos gestores sobre o conceito de Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

Tabela 9
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	41	13,7	37	15,9	4	6
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	57	19,1	45	19,4	12	17,9
2 - Conhece suficiente para usar	137	45,8	99	42,7	38	56,7
3 - Conhece profundamente	64	21,4	51	22	13	19,4
Total	299	100	232	100	67	100

Os dados expressos na Tabela 9 demonstram que 67,2% dos gestores das MPEs conhecem o conceito de DRE e 32,8% conhecem pouco ou nada a respeito. Porém, segregando-se por ramo de atuação restou evidente que há um maior conhecimento por parte dos gestores das MPEs industriais, sendo que nesse segmento 19,4% dos pesquisados demonstraram conhecer profundamente o conceito de DRE e 56,7% responderam que conhecem o suficiente para usar. Ainda, 17,9% informaram que conhecem pouco (insuficiente para utilização) e 6% declararam que desconhecem totalmente o que esse demonstrativo representa. Em relação às empresas comerciais e de serviços, 22% dos gestores afirmaram conhecer de forma aprofundada o conceito de DRE, 42,7% declararam conhecer suficientemente para utilização, 19,4% conhecem-no minimamente e 15,9% não possuem conhecimento algum sobre o assunto.

Por sua vez, na Tabela 10 estão listados os resultados da pesquisa no que concerne à Liquidez Corrente:

Tabela 10
Liquidez Corrente (LC)

Nível	Total		Não fabris		Indústrias	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 - Desconhece	72	24,1	59	25,4	13	19,4
1 - Conhece pouco, insuficiente para usar	75	25,1	62	26,7	13	19,4
2 - Conhece suficiente para usar	125	41,8	89	38,4	36	53,7
3 - Conhece profundamente	27	9	22	9,5	5	7,5
Total	299	100	232	100	67	100

Das 299 empresas abrangidas, em 9% destas os gestores afirmaram conhecer fortemente o conceito de Liquidez Corrente (LC) e 41,8% asseguraram que conhecem de forma parcial, mas suficiente para utilizá-lo. Em contrapartida, 25,1% responderam que conhecem pouco e 24,1% declararam desconhecer tal conceito.

Nas indústrias chegou a 7,5% o número de gestores que conhecem profundamente o conceito de Liquidez Corrente e equivaleu a 53,7% o contingente que afirmou conhecer de forma suficiente para utilização. Já nas MPEs não fabris, quase 10% dos gestores afirmaram

que conhecem o conceito de forma plena, 38,4% declararam que o conhecem parcialmente, 26,7% demonstraram que pouco conhecem e 25,4% confessaram desconhecimento total sobre esse indicador.

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E COTEJAMENTO COM ESTUDOS ANTERIORES

Os cenários representados nas seções precedentes permitem destacar alguns aspectos que podem ser considerados os mais relevantes.

Com relação aos conceitos inerentes à gestão financeira cabe salientar, inicialmente, que o nível de desconhecimento sobre a projeção do fluxo de caixa operacional nas empresas comerciais e de serviços é de 39,7% dos gestores, enquanto que nas indústrias esse contingente equivale a 29,9% dos gestores. Como essa é uma ferramenta essencial para aprimorar o controle financeiro das organizações, o número expressivo de gerentes que não dominam suficientemente tal instrumento pode ser considerado uma característica preocupante da gestão financeira dessas firmas de pequeno porte. Contudo, o resultado encontrado coaduna-se com o exposto por Marion (2015), o qual ressalta que muitas empresas não utilizam o fluxo de caixa no controle financeiro das atividades, sendo essa uma das prováveis causas da mortalidade precoce dos empreendimentos.

Quanto ao conceito de ciclo operacional, constatou-se que este é pouco conhecido pelos gestores, sendo que 44,8% do total de respondentes afirmaram que não o conhecem. Nesse contexto, há uma maior predominância no comércio (em que 45,7% não dominam esse tema) perante as empresas fabris (nas quais 41,8% dos gestores não conhecem a respeito).

Ao indagar sobre o ciclo de caixa se apurou que esse conceito é compreendido por 64,9% dos gestores das 299 micro e pequenas empresas pesquisadas. Esse patamar mais elevado em relação aos conceitos citados nos parágrafos precedentes deve-se ao fato de que nas indústrias esse conhecimento está presente em 74,6% desse tipo de firma (contra 61,2% das demais empresas). Esse assemelhado nível de conhecimento dos conceitos de ciclo de caixa e de projeção de fluxo de caixa deve-se, provavelmente, à similaridade de parte das informações abrangidas por esses dois instrumentos gerenciais, visto que o ciclo de caixa evidencia o período entre o pagamento de fornecedores e o recebimento de clientes, enquanto que a projeção do fluxo de caixa consiste na previsão de entradas e saídas de caixa em um determinado período e envolve, portanto, o ciclo de caixa.

Porém, o nível de conhecimento dos gestores sobre o conceito de necessidade de investimento em capital de giro é um dos piores do conjunto pesquisado, visto que 56,9% dos respondentes manifestaram que têm poucos ou nenhum conhecimento sobre o assunto. Esse resultado assemelha-se ao encontrado por Domingues et al. (2017), que identificaram que

39% dos microempreendedores não conheciam a necessidade de capital de giro ao iniciarem as suas atividades empresariais.

No caso dos conceitos contábeis, os resultados da pesquisa podem ser sintetizados nos aspectos comentados na sequência.

Acerca dos conceitos de Ativo Circulante (AC) e Passivo Circulante (PC) foi constatado que estes são compreendidos por aproximadamente 60% dos gestores inquiridos, enquanto que a expressão Patrimônio Líquido (PL) é entendida por 69,9% dos respondentes. Contudo, ao considerar somente as empresas não fabris, os citados níveis de conhecimento caem para aproximadamente 58% (AC e PC) e 68% (PL). Além disso, 32% dos respondentes alegaram que não conhecem suficientemente ou desconhecem totalmente a demonstração do resultado do período, e o conceito de Liquidez Corrente (LC) foi o que apresentou o menor índice de conhecimento pelos gestores participantes do estudo.

A realidade citada implica considerar que praticamente 40% dos gestores participantes do estudo têm dificuldades para compreender quatro dos conceitos mais elementares da seara contábil e o demonstrativo básico sobre o desempenho econômico da empresa. Essa situação é preocupante e se assemelha às conclusões de Santos et al. (2016) quando mencionaram que a falta de conhecimento dos gestores tem contribuído para que as decisões sejam tomadas de forma intuitiva, sem levar em consideração os demonstrativos contábeis e as informações gerenciais oriundas destes. Em razão disso se pode deduzir que, decorrência do baixo conhecimento sobre os conceitos contábeis, um conjunto relevante de informações que poderiam ser utilizadas pelos administradores dessas empresas não está sendo devidamente aplicado.

Então, com fulcro nos achados supracitados, consideram-se convergentes os resultados do presente estudo com pesquisas anteriores (Santos et al., 2009; Monteiro & Barbosa, 2011; Albuquerque et al., 2013; Santos et al., 2016; Klein & Almeida, 2017) no sentido da baixa utilização de artefatos da contabilidade. Nesse sentido, o insuficiente conhecimento dos gestores pode ser um dos motivos pelos quais um expressivo percentual de pequenas empresas não adota, de forma plena, práticas de gerenciamento financeiro capazes de contribuir para suportar as pressões mercadológicas, o que pode levar à mortalidade precoce desses empreendimentos.

Esse raciocínio se assenta também na Teoria da Contingência, pela qual se pressupõe que fatores contingenciais (como o nível de conhecimento dos gestores priorizado nesta pesquisa) podem ajudar a compreender o motivo de existirem estruturas organizacionais diferentes, ao invés de ter apenas uma só estrutura que atenda a todas as entidades, conforme cogitado por Otley (1980).

Assim, apesar de a compreensão e o uso desses conceitos financeiros e contábeis no cotidiano gerencial serem relevantes, em uma parcela das empresas (como a maioria das

participantes desta pesquisa) isso não acontece e provavelmente se distingue da prática corrente em empresas de porte maior ou naquelas administradas por gestores com formação específica na área financeira, como identificado em pesquisas assemelhadas (Callado, 2016; Santos et al., 2016; Almeida et al., 2016; Panosso et al., 2017; Klein & Almeida, 2017).

5 CONCLUSÕES

O estudo objetivou identificar o nível de conhecimento sobre conceitos financeiros dos gestores de micro e pequenas empresas da microrregião da Amurel. Nesse sentido, considera-se que tal objetivo foi atingido porque as respostas obtidas pelo questionário aplicado permitiram conhecer e analisar o grau de compreensão dos gestores de MPEs sobre os temas abrangidos.

Entre os resultados apurados é pertinente salientar que no mínimo 55% dos gestores possuem conhecimento sobre os conceitos pesquisados, mas tal nível não ultrapassa os 75%. Além disso, ao avaliar por segmento empresarial, constatou-se que os gestores das micro e pequenas indústrias possuem um conhecimento mais acentuado sobre os conceitos indagados de gestão financeira e contabilidade na comparação com os gestores das MPEs comerciais ou de prestação de serviços.

Por outro prisma, os três conceitos menos conhecidos pelos gestores são, em ordem decrescente: liquidez corrente, ciclo operacional e necessidade de investimento em capital de giro. Entre os dois grupos de conceitos inquiridos (gestão financeira e contabilidade), aquele com maior conhecimento dos gestores se refere aos conceitos de contabilidade (com exceção da Liquidez Corrente), especialmente pelas empresas do setor industrial. Os resultados da pesquisa também demonstraram que o maior déficit de conhecimento dos gestores se refere ao conceito de Liquidez Corrente.

Quanto à contribuição do estudo, esta concentra-se principalmente em oportunizar uma reflexão sobre o conhecimento e a utilização das informações contábeis no meio empresarial. Desse modo, o estudo pode contribuir com a Teoria da Contingência, visto que a falta de conhecimento dos gestores sobre os conceitos abordados pode ser considerada um fator contingencial que tende a influenciar a utilização (ou não) deles no cotidiano das organizações. A pesquisa também corrobora estudos anteriores sobre o tema e demonstra que há um baixo índice de conhecimento dos gestores de MPEs sediadas no Sul de Santa Catarina sobre os conceitos financeiros investigados.

No que concerne às limitações inerentes à pesquisa, cabe salientar que os resultados mencionados consideram as respostas obtidas como verídicas, mesmo que não se tenha prova documental para corroborar, ou seja, assumiu-se que a escolha das respostas pelos participantes expressa a realidade das empresas que representam. Dessa forma,

a subjetividade do questionamento pode ser considerada uma limitação da pesquisa. Adicionalmente, o estudo restringiu-se às 299 MPEs da microrregião da Amarel e seus achados devem ser considerados como limitados a este estrato amostral.

Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se o cruzamento de informações para identificar se os gestores das MPEs que afirmaram conhecer os conceitos pesquisados utilizam esse conhecimento para aprimorar a gestão empresarial e se a utilização influencia o desempenho das MPEs.

REFERÊNCIAS

- Abreu, P. G. F. (2006). *Processo decisório e monitoramento do ambiente competitivo: Uma contribuição à luz da abordagem contingencialista e da inteligência competitiva* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Albuquerque, A. F. (2004). *Gestão estratégica das informações internas na pequena empresa: Estudo comparativo de casos em empresas do setor de serviços hoteleiros da região de Brotas* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Albuquerque, E. M. N., Cardoso, L. A., Carmo, M. M. do, Filho, Cavalcante, T. S. B., & Souza, W. A. da R. de. (2013). O uso de indicadores e relatórios contábeis para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas do Estado do Amazonas. *Revista de Administração da UNIFATEA*, 6(6), 6-21.
- Almeida, D. M., Pereira, I. M., & Lima, I. J. (2016). Instrumentos de controle de gestão utilizados por micro e pequenas empresas sul catarinenses. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 10(3), 49-92.
- Almeida, J. E. F. de, & Martins, E. A. (2014). Demonstrações contábeis. In J. E. F. Almeida, R. L. Cardoso, A. Rodrigues, E. J. & Zanoteli, *Contabilidade das pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Assaf, A., Neto, & Lima, F. G. (2009). *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas.
- Beuren, I. M., Czesnat, A. F. O., & Silva, M. (2013). Papel da controladoria na adequação às contingências ambientais das agroindústrias de carne e derivados listadas na Bovespa. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 15(3), 381-396.
- Borges, L. F. M., & Leal, E. A. (2015). Utilidade da informação contábil gerencial na gestão das micro e pequenas empresas: Um estudo com empresas do programa empreender de Uberlândia - MG. *Revista REGEPE*, 4(3), 116-146.

- Braga, R., Nossa, V., & Marques, J. A. V. C. (2004). Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas [Edição especial]. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15, 51-64.
- Cadez, S., & Guilding, C. (2008). An exploratory investigation of an integrated contingency model of strategic management accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 33(7-8), 836-863.
- Callado, A. A. C. (2016). Relações entre o número de indicadores de desempenho utilizados e fatores contingenciais: Evidências do contexto de uma cadeia agroalimentar de suprimentos. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 27(2), 48-63.
- Campos, B. R., & Gáudio, A. E. G. M. (2015). A utilização de ferramentas de controle gerencial em micro e pequenas empresas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 8(3), 66-78.
- Carvalho, J. R. M., & Lima, M. D. D. (2011). Práticas gerenciais em MPE's do comércio de confecções da cidade de Sousa - PB. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 5(3), 48-68.
- Castro, J. A. F. (2015). Contingency factors that influence the design of organizational structure. *Journal of Business*, 2(2), 38-56.
- Chenhall, R. H. (2003). Management control systems design within its organizational context: Findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, Organizations and Society*, 28(2), 127-168.
- Chenhall, R. H. (2006). Theorizing contingencies in management control systems research. *Handbooks of Management Accounting Research*, 1(1), 163-205.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00 R1. (2017). *Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- D'Amato, C. L., Galvão, M., Villaça, N. A. G., Jorge, R. K., & Tavares, Z. (2012). *Curso básico de finanças: Entendendo finanças de maneira prática e objetiva*. São Paulo: Atlas.
- Domingues, O. G. D., Tinoco, J. E. P., Yoshitake, M., Paulo, W. L. de, & Claro, J. A. C. dos. (2017). Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 77-96.

- Ferreira, C. C., Macedo, M. A. S., Sant'Anna, P. R., Longo, O. C., & Barone, F. M. (2011). Gestão de capital de giro: Contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 863-884.
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa Survey. *Revista de Administração*, 35(3), 105-112.
- Gerdin, J. (2005). Management accounting system design in manufacturing departments: An empirical investigation using a multiple contingencies approach. *Accounting, Organizations and Society*, 30(2), 99-126.
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Jordão, R. V. D., & Souza, A. A. (2013). Aquisição de Empresas como fator de mudança no sistema de controle gerencial: Uma análise estratégica sob a perspectiva da Teoria Contingencial. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 75-103.
- Klein, L., & Almeida, L. B. (2017). A influência dos fatores contingenciais na adoção de práticas de contabilidade gerencial nas indústrias paranaenses. *Revista Universo Contábil*, 13(3), 90-119.
- Kos, S. R., Espejo, M. M. D. S. B., Raifur, L., & Anjos, R. P. (2014). Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. *Enfoque Reflexão Contábil*, 33(3), 35-50.
- Leite, E. G., Diehl, C. A., & Manvailer, R. H. M. (2015). Práticas de controladoria, desempenho e fatores contingenciais: Um estudo em empresas atuantes no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 11(2), 85-107.
- Lemes, A. B., Jr., Rigo, C. M., & Cherobim, A. P. M. S. (2005). *Administração financeira: Princípios, fundamentos e práticas trabalhistas*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Lima, A. N., & Imoniana, J. O. (2008). Um estudo sobre a importância do uso das ferramentas de controle gerencial nas micro, pequenas e médias empresas industriais no município de São Caetano do Sul. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 2(1), 28-48.
- Maletič, D. et al. (2017). Contingency factors influencing implementation of physical asset management practices. *De Gruyter Open*, 50(1), 3-16.
- Maqbool, M. Q., & Farooq, U. (2016). Liquidity risk, performance and working capital relationship of cash conversion cycle: an empirical study of the firms in Pakistan. *International Journal of Information Research and Financial Review*, 3(3), 1946-1951.

- Marion, J. C. (2015). *Contabilidade empresarial*. (17ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, L., Sell, F. F., Lavarda, C. E. F., & Zonatto, V. C. da S. (2016). Artefatos da contabilidade gerencial: Um estudo em cursos de graduação de ciências contábeis na região sul do Brasil. *ConTexto*, 16(34), 1279-1299.
- Martins, L. O. S., & Santos, P. H. O. (2016). Impactos da convergência contábil em índices econômicos e financeiros nas empresas baianas nos períodos de 2003 a 2007 e 2010 a 2014. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 8(1), 69-79.
- Monteiro, J. M., & Barbosa, J. D. (2011). Controladoria empresarial: Gestão econômica para as micro e pequenas empresas. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 5(2), 38-59.
- Moura, L. C. A., & Rêgo, T. F. (2014). Concepção de ativos: Um estudo sobre a compreensão dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis da UFERSA. *Revista Reunir*, 4(2), 20-42.
- Oliveira, J., Escrivão, E., Filho, Nagano, M. S., & Ferraudó, A. S. (2015). Estilos gerenciais dos dirigentes de pequenas empresas: Estudo baseado no ciclo de vida organizacional e nos conceitos de funções e papéis do administrador. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 17(57), 1279-1299.
- Otley, D. T. (1980). The contingency theory of management accounting: Achievement and prognosis. *Accounting, Organizations and Society*, 5(4), 413-428.
- Panosso, A., Camanho, R. R., Espejo, M. M. dos S. B., & Abbas, K. (2017). Influência das ferramentas de controle gerencial no desempenho: Estudo empírico em empresas industriais paranaenses. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(2), 1-17.
- Raupp, F. M., Martins, S. J., & Beuren, I. M. (2006). Utilização de controles de gestão nas maiores indústrias catarinenses. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17(40), 120-132.
- Reis, L. G. dos, & Pereira, C. A. (2007). Uma análise das contribuições das teorias organizacionais para o estudo da contabilidade gerencial. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo.
- Resnik, P. (1990). *A Bíblia da pequena empresa: Como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser bem-sucedido* (M. C. Oliveira Santos Trad. & H. J. Pereira Rev. Téc.). São Paulo: Mc Graw-Hill.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Santos, F. de A., & Veiga, W. E. (2014). *Contabilidade: Com ênfase em micro, pequenas e médias empresas*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Santos, F. O. (2014). *Avaliação do sistema de controle gerencial sob a influência de fatores contingenciais: Estudo de caso em um grupo econômico* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Santos, L. M. D., & Ferreira, M. A. M., & Faria, E. R. (2009). Gestão financeira de curto prazo: Características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas. *Revista de Administração da Unimep*, 7(3), 70-92.
- Santos, V., Dorow, D. R., & Beuren, I. M. (2016). Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. *Revista Ambiente Contábil*, 8(1), 153-186.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005*. Brasília, DF. (2007). Recuperado de [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira*. Brasília, DF. (2014). Recuperado de <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>
- Shi, R., & Zhang, J., Ru, J. (2013). Impacts of power structure on supply chains with uncertain demand. *Production and Operation Management*, 22(5), 1233-1249.
- Šiška, L. (2016). The contingency factors affecting management accounting in czech companies. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 64(4), 1383-1392.
- Sousa, T. F. de. (2016). *Uma análise sobre a relação entre o retorno de empresas brasileiras e os componentes do ciclo de conversão de caixa* (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Souza, A. F. (1997). Estratégia, crescimento e a administração do capital de giro. *Caderno de Pesquisa em Administração*, 2, 12.
- Stroher, A. M., & Freitas, H. (2006). Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. *Anais do Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, São Paulo.

- Teeratansirikool, L., Siengthai, S., Badir, Y., & Charoenngam, C. (2013). Competitive strategies and firm performance: The mediating role of performance measurement. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 62(2), 168-184.
- Tillema, S. (2005). Towards an integrated contingency framework for MAS sophistication - case studies on the scope of accounting instruments in Dutch power and gas companies. *Management Accounting Research*, 16(1), 101-129.
- Wernke, R., & Junges, I. (2016). Níveis de utilização e importância atribuídos aos principais demonstrativos contábeis por 207 empresas do sul de Santa Catarina. *Anais do Congresso Nacional de Administração e Contabilidade, Rio de Janeiro*.
- Wernke, R., Junges, I., Lembeck, M., & Rufatto, I. (2016). Utilização e importância atribuída à projeção do fluxo de caixa operacional por 207 empresas da microrregião da AMUREL. *Anais do Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, Ponta Grossa*.

Como citar este artigo:

ABNT

MOTERLE, Silvete; WERNKE, Rodney; JUNGES, Ivone. Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina. **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 18, n. 1, p. 31-56, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race>. Acesso em: dia/mês/ano.

APA

Moterle, S., Wernke, R., & Junges, I. (2019). Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(1), 31-56. Recuperado de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>

